



# Cuidar da Construção | Construção Segura e Saudável



**Manuel  
Reis Campos**  
Presidente  
da CPCI e da  
AICCOPN

Tal como era esperado, o trabalho comum por parte da Associação com o Governo e com as entidades competentes em matéria de saúde e segurança no trabalho, designadamente a DGS e a ACT, e o Instituto da Segurança Social, materializado na campanha nacional de sensibilização “Cuidar da Construção | Construção Segura e Saudável” e no webinar que juntou mais de quatro centenas de participantes, deu frutos e permitiu divulgar, de forma muito significativa, as recomendações e as boas práticas em matéria de combate ao COVID-19 e de salvaguarda da saúde de todos aqueles que, direta ou indiretamente, se relacionam com esta atividade que está presente em todo o território nacional.

A Associação esteve, desde o primeiro momento, ao lado dos seus Associados, emitindo recomendações às empresas e, tendo em conta que se trata de um setor que, no conjunto da fileira da construção e do imobiliário, abrange mais de 600 mil trabalhadores e, de igual modo, que a generalidade das obras não foi suspensa durante este período, podemos afirmar que, globalmente, as empresas estiveram à altura da gravidade da situação e corresponderam ao repto lançado, mantendo-se a laborar, em segurança, apesar de todos os constrangimentos.

Mas, para além de todo um tecido empresarial regular, constituído por pequenas e grandes empresas, com diversos graus de especialização, há uma franja de intervenientes irregulares que opera na ilegalidade e na clandestinidade e que competem de forma incorreta e desleal, constituindo um fenómeno especialmente

perigoso neste contexto.

Nesta crise é prioritário assegurar mecanismos para a recuperação e do emprego e, numa primeira fase, o investimento público tem de liderar a retoma. Naturalmente que, representando 17,4% do PIB e 50,5% do Investimento Total, o Setor é uma peça chave, mas, para que tal aconteça, é necessário um tecido empresarial competitivo e saudável.

O Governo tem de encarar decisivamente problemas como regimes legais permissivos e potenciadores da falta de transparência e da clandestinidade, como a Lei dos Alvarás, ou um Código dos Contratos Públicos que deve ser revisto para assegurar mais transparência e celeridade do investimento. As propostas da AICCOPN são justas e equilibradas e estamos certos que, conjugadas com instrumentos inovadores como a plataforma de registo e acompanhamento dos fluxos operacionais, prevista no projeto “Criar Resiliência na Indústria da Construção”, asseguram um importante contributo para um novo ciclo que se espera iniciar rapidamente.

Sabendo que o cumprimento das obrigações por todos os que exercem a sua atividade no mercado da construção é uma premissa essencial para um posicionamento competitivo das empresas, mas também para a segurança de toda a sociedade neste contexto pandémico, estamos certos que esta maior colaboração do Governo e das entidades públicas com a AICCOPN contribuirá para a regulação do mercado, e é, com toda a certeza, o caminho certo para o Setor.